DELIBERAÇÕES – Após amplamente discutidos os assuntos constantes da pauta, conforme detalhadamente descrito na Ata desta reunião, arquivada em pasta própria, o Conselho Superior tomou as seguintes decisões:

ITENS DA PAUTA:

Apreciação da Ata da 3ª Sessão Ordinária, realizada em 08/02/2017.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, APROVOU a ata da 3ª Sessão Ordinária, realizada em 08/02/2017.

Julgamento de Certames:

2.1. Julgamento de Remoção na 3ª Entrância, para o cargo de 2º PJ DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, pelo critério de MERECIMENTO - ED-037/2016 - Processo nº 045/2016/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, apreciou e **DEFERIU** a inscrição da candidata MÁRCIA BEATRIZ REIS SOUZA, por preencher os requisitos previstos no art. 89 e 98 da LCE nº 057/2006, com as retificações realizadas pelos candidatos, em atendimento à decisão do Egrégio Conselho Superior, proferida na 2ª Sessão Ordinária, realizada em 25.01.2017.

O candidato JOSÉ HAROLDO CARNEIRO MATOS **DESISTIU** de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, aplicando o sistema de pontuação, de acordo com o preceituado na Resolução nº 003/2014/MP/CSMP, apreciando objetivamente os fatos e dados concretos constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as informações prestadas pelos candidatos, concluiu pelo seguinte julgamento, nos termos do art. 26, II da LCE nº 57/2006: à unanimidade, **DECIDIU INDICAR** a Promotora de Justiça MÁRCIA BEATRIZ REIS SOUZA à remoção para o cargo de 2º PJ DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA DA CAPITAL sem a necessidade de atribuição de pontuação pelos Conselheiros, por ser o único candidato a preencher os pressupostos do art. 93, inciso II, alínea "b" parte final e VIII-A c/c art. 129, § 4º da Constituição Federal c/c art. 61, inciso IV da Lei Federal nº 8625/93 e art. 151, inciso II, alínea "b" c/c 184, inciso II da Constituição Estadual. Em razão da inexistência de outros candidatos que preencham os requisitos constitucionais, não ocorreu a formação de lista tríplice.

2.2. Julgamento de Remoção na 2ª Entrância, para o cargo de 2º PJ DE MOJU, pelo critério de MERECIMENTO - ED-038/2016 - Processo nº 046/2016/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, **DEFERIU** as inscrições dos candidatos **AFONSO JOFREI MACEDO FERRO** e **DANIEL MENEZES BARROS**, por preencherem os requisitos previstos no art. 89 e 98 da LCE nº 057/2006, com a retificação realizada pelo candidato, em atendimento à decisão do Egrégio Conselho Superior, proferida na 2ª Sessão Ordinária, realizada em 25.01.2017.

O candidato **CARLOS LAMARCK MAGNO BARBOSA** teve sua inscrição prejudicada, considerando que foi protocolada em data anterior à sessão de julgamento de sua remoção, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP.

A candidata **JEANNE MARIA FARIAS DE OLIVEIRA** teve sua inscrição **INDEFERIDA**, considerando que não preenche o requisito previsto no art. 89, inciso VIII da LCE nº 057/2006, eis que foi removida nos seis meses anteriores ao pedido de inscrição do presente certame.

O candidato **PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JÚNIOR** **DESISTIU** de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, aplicando o sistema de pontuação, de acordo com o preceituado na Resolução nº 003/2014/MP/CSMP, apreciando objetivamente os fatos e dados concretos constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as informações prestadas pelos candidatos, concluiu pelo seguinte julgamento, nos termos do art. 26, II da LCE nº 57/2006: à unanimidade, **DECIDIU INDICAR** o Promotor de Justiça **AFONSO JOFREI MACEDO**

FERRO à remoção para o cargo de **2º PJ DE MOJU**, por ter obtido a maior pontuação na somatória das notas atribuídas pelos Conselheiros, com o total de **700,5** pontos. Integrou a lista de merecimento, para fins de consecutividade e alternância o Promotor de Justiça **DANIEL MENEZES BARROS**, com **670,5**. Em razão da inexistência de outros candidatos que preenchessem os requisitos para a definição do nome do terceiro integrante da lista tríplice, esta foi composta por dois Promotores de Justiça, nos termos do art. 61, inciso IV (parte final) da Lei nº 8625/93.

Julgamento de Processos

3.1. Processos de Relatoria da Conselheira Rosa Maria Rodrigues Carvalho:

3.1.1. Processo nº 001763-116/2013

Requerente(s): Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde - AMPASA

Requerido(s): Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESP

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Pregão nº 001/2006-SESPA, cujo objeto é a compra de medicamentos.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, devendo os autos retornarem aquela Promotoria de origem para cumprimento de diligências com fulcro na Resolução nº 010/2011-CPJ, art.23, §3º, item I.

1) Requisitar ao Tribunal de Contas do Estado do Pará e também ao Ministério Público de Contas, para obter informações atualizadas acerca do julgamento das contas do ano de 2006 da Secretaria de Estado de Saúde Pública, especificamente decorrente do Pregão nº 001/2006.

O Exmo. Corregedor-Geral, em exercício, Dr. **Manoel Santino Nascimento Júnior** acatou a proposição do voto da Conselheira Relatora, no entanto, justificou seu voto esclarecendo que o CNMP dispôs, e que foi objeto de reforma neste Conselho, sobre os casos de não homologação de arquivamento, porém, em nenhum momento a disposição daquele Órgão poderia ferir o princípio da instrumentalidade das formas, já previsto no Código de Processo Civil, o qual deve ser aplicado, pois o assunto tratado versa sobre norma procedimental; portanto a conversão do julgamento em diligência não suprime a possibilidade de o Conselho Superior requisitar diretamente, conforme previsto no Código de Processo Civil; considerando o *princípio basilar*, de "quem pode mais pode menos", afirmou que este Colegiado pode não somente homologar e determinar a realização de diligências pelo órgão de origem, como também pode fazê-lo de forma direta, análogo a outros tribunais, como STF, STJ e o próprio Tribunal de Justiça, pois seguem o princípio de instrumentalidade das formas, previsto no Código de Processo Civil.

3.1.2. Processo nº 001235-477/2015

Requerente(s): M.L.S.

Requerido(s): L.S.

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar denúncia de situação de risco envolvendo pessoa idosa.

Item adiado a pedido da Conselheira Relatora

3.1.3. Processo nº 003207-477/2015

Requerente(s): L.R.S. / A.F.R.

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar a qualidade do atendimento dispensado pela Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua à pessoa portadora de deficiência mental, quanto à viabilização do fornecimento de medicação de uso contínuo.

Item adiado a pedido da Conselheira Relatora

3.2. Processos de Relatoria do Conselheiro Francisco Barbosa de Oliveira:

3.2.1. Processo nº 001216-116/2013

Requerente(s): Emanuel Brasil de Argolo

Requerido(s): Superintendência Executiva de Mobilidade

Urbana de Belém (antiga CTBEL) e Conselho Regional de Engenharia

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar denúncia de possíveis irregularidades, cometidas por engenheiros da antiga CTBEL, atual SEMOB, na execução da obra do "Projeto Binário".

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, DECIDIU pelo conhecimento e pela HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do presente feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, com fulcro na Súmula nº 003/2003-CSMP, considerando que este Órgão de Execução após empreender as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, constatou que não restou comprovada a prática de qualquer ato de improbidade administrativa pelos agentes públicos responsáveis pela concepção e execução do projeto em comento.

3.2.2. Processo nº 000428-112/2016

Requerente(s): N.C.S.

Requerido(s): Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESP

Origem: 3º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência, Idosos, Acidentes do Trabalho da Capital

Assunto: Apurar a qualidade do atendimento dispensado pela Secretaria de Saúde à pessoa idosa, que necessitaria de leito em Hospital especializado para realização de procedimento cirúrgico.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, DECIDIU pelo conhecimento e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do presente feito, ratificando o posicionamento adotado pelo ex-Integrante do CSMP, Dr. Nelson Pereira Medrado, nos termos do art. 57, da LCE nº 057/2006 e do art. 23, I, da Resolução nº 010/2011-CPJ, devendo os autos retornarem aquela Promotoria de origem para cumprimento de diligências elencadas no voto Douro do ex-relator:

Dever ser esclarecido se o exame de Prostectomia Radical, indicado para o tratamento de câncer de próstata, é realizado pela Rede Pública de Saúde Estadual e, em caso positivo, em quais hospitais; se há fila de espera para realização e quanto tempo, em média, os usuários demoram a serem atendidos;

Em caso negativo, se existe procedimento padrão que viabilize a realização de referido procedimento cirúrgico a expensas do Estado;

Que sejam solicitados esclarecimentos a médico especialista da Rede Pública de Saúde sobre a necessidade de realização de tal procedimento cirúrgico para o sucesso do tratamento do câncer de próstata em comparação a outros tipos de tratamento, como o de Radioterapia;

Encaminhamento de notícia de fato à Coordenação da Promotoria de Justiça Criminal, para apurar o motivo da recusa de envio de resposta aos escritórios do Ministério Público pela Secretaria de Saúde do Estado do Pará;

Outras diligências que entender cabíveis para a efetiva solução do problema, inclusive, a propositura de Ação Civil Pública com obrigação de fazer.

3.2.3. Processo nº 000279-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA/PA

Origem: 3º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência, Idosos, Acidentes do Trabalho da Capital.

Assunto: Apurar a aderência pela ALEPA às normas que visem garantir maior transparência na escolha de fornecedores e prestadores de serviços, mediante processo licitatório, especialmente à utilização, como regra, da modalidade pregão eletrônico.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, DECIDIU pelo conhecimento e pela HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do presente feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, com fulcro na Súmula nº 003/2003-CSMP, considerando o contexto fático-probatório dos autos, bem como, e principalmente, a afirmação da ALEPA de que vem cumprindo as disposições constitucionais e infraconstitucionais referidas na Recomendação expedida pelo Órgão Ministerial.